

Alerta Legislação, nº 49, de 08 a 13 dezembro de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

RESOLUÇÃO Nº 512, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera os modelos e especificações do Certificado de Registro de Veículo - CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV e sua produção e expedição

RESOLUÇÃO Nº 511, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Regulamenta a produção e expedição da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
12/12/2014	<u>DECRETO Nº- 8.375, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas <u>DECRETO Nº- 8.374, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o Anexo ao Decreto no 5.978, de 4 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regulamento de Documentos de Viagem, e o Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, para dispor sobre prorrogação de estada. <u>DECRETO Nº- 8.373, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. <u>DECRETO Nº- 8.372, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 7.929, de 18 de fevereiro de 2013, para dispor sobre a avaliação da vocação logística dos imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. <u>DECRETO Nº- 8.371, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2153 (2014), de 29 de abril de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera e renova o regime de sanções aplicáveis à Costa do Marfim até 30 de abril de 2015.
11/12/2014	<u>DECRETO Nº 8.370, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002, para dispor sobre a regulamentação do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

09/12/2014	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº- 662, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Abre crédito extraordinário, em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, no valor de R\$ 404.755.786,00, para os fins que especifica <u>LEI Nº 13.052, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para determinar que animais apreendidos sejam libertados prioritariamente em seu habitat e estabelecer condições necessárias ao bem-estar desses animais. <u>LEI Nº 13.051, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir a não violação de regras antidoping como requisito adicional a ser cumprido por atletas candidatos ao benefício e instituir penalidade aos bolsistas que violarem as regras antidoping. <u>LEI Nº 13.050, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional do Macarrão
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº- 274, DE 2014</u> Escolhe o Sr. Vital do Rêgo Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.
Presidência da República (PR)	DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA <u>MENSAGEM Nº- 418, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014(*)</u>. [...] Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 7.082, de 2010 (nº 161/09 no Senado Federal), que "Altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências". [...] (*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 9.12.2014, Seção 1. <u>MENSAGEM Nº 418, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014</u>. [...] Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 7.082, de 2010 (nº 161/09 no Senado Federal), que "Altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências". [...]

	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) → Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) <u>RESOLUÇÃO Nº- 172, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, altera os prazos dispostos na Resolução N.º 166, de 5 de junho de 2014 e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº- 171, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013. <u>RESOLUÇÃO Nº- 169, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Ministério da Fazenda (MF)	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.522, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.215, de 15 de dezembro de 2011, que aprova modelo de Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.757, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Autoriza repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde de recurso financeiro para qualificação das ações de vigilância, prevenção e controle da dengue e febre de chikungunya. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 4.792, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, do produto KIEV PROFESSIONAL 212 VIP SHAMPOO DILATOR CUTICLES, bem como de todos os demais produtos cosméticos identificados como fabricados pela empresa R.B Cosméticos Ltda., (CNPJ Inválido), supostamente localizada no endereço Av. Antônio de Moura, 631, Xerem - RJ, CEP: 26430-200. [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 4.791, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação,

	comercialização e uso do produto BOTOXX 1000 G, fabricado pela empresa Embratex Envase Ltda. (CNPJ: 02.912.055/0001-01). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 4.790, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 130820A (val.: 20/08/2015) do cosmético CREME CONDICIONANTE RECONSTRUTOR TÉRMICO - STEP 2, marca ROCCAPORENA, fabricado por Timage Indústria Comércio de Cosméticos LTDA. (CNPJ: 58558511/0001-03). [...] <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 4.735, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 1/2 124 (val.: 04/2016) do medicamento SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, fabricado por Indústria de Produtos Naturais Deshydrater Ltda. (CNPJ: 82226754/0001-29). [...] <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 4.407, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014(*)</u> REPUBLICADA [...] Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, do produto GUARANÁ COM AÇAÍ EM CÁPSULAS da marca VIGOR FORCE, fabricado pela empresa C.R Vertuan Indústria de Produtos Naturais ME (CNPJ: 01.362.538/0001-09). [...]
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o subitem 7.2.1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 41/2012, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa nº 39/2012, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativos às operações de crédito no âmbito do Programa SANEAMENTO PARA TODOS - MUTUÁRIOS PÚBLICOS, instituído pela Resolução nº 476/2005, e alterado pela Resolução nº 647/2010, ambas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com suas alterações e aditamentos <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa nº 43/2012, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativos às operações de crédito no âmbito do Programa SANEAMENTO PARA TODOS - MUTUÁRIOS PRIVADOSE MUTUÁRIOS SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, instituído, respectivamente, pela Resolução nº 476/ 2005, alterada pela Resolução nº 647/2010 e pela Resolução nº 411/2002, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

	<u>RESOLUÇÃO Nº 512, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014</u> Altera os modelos e especificações do Certificado de Registro de Veículo - CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV e sua produção e expedição <u>RESOLUÇÃO Nº 511, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014</u> Regulamenta a produção e expedição da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir <u>RESOLUÇÃO Nº 509, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema antitravamento e/ou do sistema de frenagem combinada das rodas, nas motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 761, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova a Política Socioambiental do FGTS.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
13/12/2014	<u>DECRETO Nº 60.982, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a possibilidade de contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista parcelarem o ICMS devido pelas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2014 <u>DECRETO Nº 60.981, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.980, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Penitenciária de Piracicaba e dá providências correlatas
12/12/2014	<u>DECRETO Nº 60.979, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.977, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária <u>DECRETO Nº 60.976, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe, nos termos do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a aplicação, no exercício de 2015, dos recursos sob Regime Especial vinculados ao pagamento de precatórios <u>DECRETO Nº 60.975, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Atribui competências ao Secretário da Fazenda para os fins que especifica

11/12/2014	<u>LEI Nº 15.599, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 1055/11, do Deputado Jorge Caruso - PMDB) Altera a <u>Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006</u>, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP) <u>PORTARIA UNIVESP PR Nº 49/2014, DE 5-12-2014</u> Torna pública a divulgação do resultado do Processo de remanejamento interno de alunos dos cursos de graduação de Engenharia e Licenciatura para o 1º semestre de 2015 <u>PORTARIA UNIVESP PR Nº 48/2014, DE 5-12-2014</u> Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo para o preenchimento de vagas remanescentes existentes no 2º semestre dos cursos de Licenciatura e de Engenharia oferecidos pela Univesp, dentro do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, bem como através de convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP 033/14, DE 9-12-2014</u> Dispõe Sobre o Pleito Eleitoral 2015 Para a Escolha de Representantes da Sociedade Civil no Conseas/Sp.
Emprego e Relações do Trabalho (SERT)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SERT N.º 04, DE 10-12-2014</u> Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Comitê Gestor do Selo Paulista da Diversidade, bem como do Regulamento de Participação e outorga do Selo Paulista da Diversidade <u>RESOLUÇÃO SERT Nº 03, DE 10-12-2014</u> Dispõe sobre a aprovação e a publicação do Edital Anual de Abertura da Diplomação em Boas Práticas do Trabalho Decente, bem como do Regulamento de Diplomação
Energia (SEE)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-534, DE 10-12-2014</u> Dispõe sobre o ajuste provisório dos valores das Margens de Distribuição, a atualização do Custo Médio Ponderado do gás e do transporte, o repasse das variações dos preços do gás e do transporte fixados nas tarifas, e as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-533, DE 10-12-2014</u>

	Dispõe sobre a complementação do ajuste provisório das margens de distribuição da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 532, DE 9-12-2014</u> Dispõe sobre o ajuste provisório dos valores das Margens de Distribuição, a atualização do Custo do gás e do transporte, o repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte fixados nas tarifas e as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela Concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Brasileiro Distribuidora S.A. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-531, DE 9-12-2014</u> Dispõe sobre o Termo de Ajuste K a ser aplicado nas tarifas da Concessionária Gás Brasileiro Distribuidora S.A. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-530, DE 3-12-2014</u> Altera a data de publicação do relatório sobre contribuições recebidas à proposta da Arsesp para Metodologia da Revisão Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Gás Canalizado do Estado de São Paulo
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF - 93, DE 11-12-2014</u> Divulga os índices percentuais de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2015 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) → Diretoria de Arrecadação (DA) <u>COMUNICADO DA-75, DE 10-12-2014</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-01-2015 para os débitos de ICMS
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) → Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) <u>DELIBERAÇÃO CBH-PS Nº 015 /2014, DE 10-12-2014</u> Propõe condicionantes à emissão de outorga de implantação de empreendimento para a transposição de parte das águas da represa do Jaguari na bacia do rio Paraíba do Sul para a represa do Atibainha, do Sistema Cantareira e dá outras providências
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP Nº191, DE 11-12-2014</u> Prot. GS- 12890/14 Dispõe sobre o procedimento a ser adotado nas ocorrências policiais que envolvam a apreensão de máquinas de jogo de azar ou similares <u>RESOLUÇÃO SSP-190, DE 11-12-2014</u> Disciplina os procedimentos para acionamento das equipes do IC e IML na Capital para pronta intervenção e liberação dos locais de crime
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP Nº 308, DE 5-12-2014</u> Altera a Deliberação CSDP nº 30, de 30 de janeiro de 2007, que fixa o número de estagiários de direito e os distribui entre as Defensorias

	Públicas Regionais do Interior, da Região Metropolitana e da Capital, os Núcleos Especializados e a Escola da Defensoria Pública do Estado
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
13/12/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1420, DE 2014</u> Mensagem A-nº 149/2014, do Sr. Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembléia, o incluso projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, bancos privados nacionais ou internacionais, agências de fomento, agência multilateral de garantia de financiamentos e dá providências correlatas. [...] <u>PROJETO DE LEI Nº 1419, DE 2014</u> Revoga o Parágrafo único, do artigo 27, da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008. <u>PROJETO DE LEI Nº 1416, DE 2014</u> O Poder Executivo poderá construir um Centro de Medicina de Reabilitação Lucy Montoro, anexo ao Hospital Regional Estadual de Presidente Prudente.
12/12/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1414, DE 2014</u> Declara a "Capoeira" como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo.
11/12/2014	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG Nº 37/2014 PROCESSO ELETRÔNICO – e-TCESP O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO comunica a todos os órgãos e entidades jurisdicionados, das Administrações Estadual e Municipal, e demais interessados que, a partir de 05 de janeiro de 2015, todos os ajustes iniciais de valor superior ao de remessa e suas respectivas prestações de contas relativos aos repasses públicos (1º e 3º setores), celebrados desde 2015, serão autuados no sistema e-TCESP passando a tramitar, exclusivamente, por meio eletrônico. As prestações de contas, de valor inferior ao de remessa, ocorridas durante o exercício fiscalizado de 2014, serão autuadas pela fiscalização competente, excetuando-se apenas aqueles relacionados a exercícios anteriores, bem como aquelas relativas a processos que já tramitem em meio físico. Para tanto, toda a documentação pertinente deverá ser encaminhada, preferencialmente, em mídia digital, assinada eletronicamente, observadas as regras contidas no Comunicado SDG nº 13/2014 – DOE 09/05/2014. No caso de documentos encaminhados em meio físico e que não estejam em condições de digitalização, não serão recepcionados pelas Unidades Protocoladoras, o que implicará na impossibilidade de

	inserção no e-TCESP e, conseqüentemente, o não cadastramento do processo eletrônico. Alerta, ainda, que não haverá qualquer alteração quanto às obrigações estabelecidas nas Instruções nºs 01 e 02/2008 e seus respectivos aditamentos nºs 01 e 02/2014 – DOE 10/04/2014, bem como a Resolução nº 06/2014 – DOE 16/04/2014, que aprovou alterações nas Instruções nºs 01 e 02/2008, e modificações posteriores. Eventuais dúvidas deverão ser dirigidas a este Tribunal por meio do Sistema de Atendimento do e-TCESP: http://atendimento.tce.sp.gov.br. SDG, 03 de dezembro de 2014. Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL Republicado por ter saído com incorreções DOE, Legislativo, 11/12/2014, p. 29 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 2014</u> Integra na Região Metropolitana de Sorocaba o município de Itapetininga. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 2014</u> Dispõe sobre a extensão da Lei Complementar nº 432, de 18 de dezembro de 1985, aos servidores do Quadro do Tribunal de Justiça. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 2014</u> Altera a denominação dos Foros Distritais do Interior e a entrância de Unidades Judiciárias do Estado PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1409, DE 2014</u> Altera a Lei nº. 14.707, de 8 de março de 2012, para acrescentar incisos IV e V, <u>PROJETO DE LEI Nº 1408, DE 2014</u> Autoriza o Poder Executivo a desapropriar e declarar como de especial interesse social, para fins de reurbanização e regularização de moradias, a área que menciona e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 1407, DE 2014</u> Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo os espaços teatrais que especifica
10/12/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1406, DE 2014</u> Mensagem A-nº 148/2014, do Senhor Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembléia, o incluso projeto de lei que altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual. <u>PROJETO DE LEI Nº 1405, DE 2014</u> Mensagem A-nº 147/2014, do Senhor Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei

que autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de licitação e por preço não inferior ao da avaliação atualizada, na forma da legislação vigente, o imóvel com área de 2.023,37m², localizado na Estrada do Quinze s/nº, Bairro Amburá, Distrito de Parelheiros, e o imóvel com área de 1.000,00m², localizado na Rua Coronel Manoel Feliciano nºs 629 e 633, Vila Jacuí, ambos no Município de São Paulo.

[...]

PROJETO DE LEI Nº 1403, DE 2014

Fixa o subsídio dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº 1402, DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a criar Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC, com curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia no Município de Barra do Turvo.

PROJETO DE LEI Nº 1401, DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a Implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na ETEC de Coronel Macedo, no Município de Coronel Macedo.

PROJETO DE LEI Nº 1400, DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC, Extensão Sumaré, no Município de Sumaré.

PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a implementar o curso profissionalizante na modalidade de Agroecologia, na Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC, no Município de Ribeirão Branco.

PROJETO DE LEI Nº 1398, DE 2014

Dispõe sobre a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.

PROJETO DE LEI Nº 1397, DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a Implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na ETEC de Aguaí, no Município de Aguaí

PROJETO DE LEI Nº 1396, DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a criar Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, com curso profissionalizante na modalidade de Agroecologia, no Município de Rio Claro.

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1180, DE 2011

Mensagem A-nº 146/2014, do Senhor Governador do Estado

[...]

A propositura, de origem parlamentar, objetiva denominar "Prefeito Edison Rolim" o dispositivo de acesso localizado no km 554 da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, no Município de Fernandópolis.

[...]

MENSAGENS DO GOVERNADOR

	<u>MENSAGEM A-Nº 145/2014, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> [...] Tendo em vista a natureza da matéria, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado. [...] TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG nº 031/2014 No ultimo dia 16 de outubro este Tribunal de Contas do Estado de São Paulo lançou oficialmente o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, na ocasião demonstrou-se que esse trabalho inédito no âmbito das Cortes de Contas destina-se ao aprimoramento eficaz para o direcionamento da fiscalização, será meio de consulta permanente para o exercício da cidadania e, principalmente, relevante instrumento de orientação para a eleição e prioridades na gestão dos recursos públicos. Por esses motivos é de capital importância que as Prefeituras Municipais atendam com o máximo empenho a orientação deste Tribunal no preenchimento do questionário que estará disponível a partir de 5 de janeiro no Sistema Audesp no Menu “Governança”. O período de coleta e informações será de 5 de janeiro a 28 de fevereiro de 2015 e a partir de 1º de março até 30 de março de 2015 iniciar-se-á o processo de validação dessas informações, oportunidade em que as equipes de fiscalização percorrerão todas as Prefeituras jurisdicionadas. Entre 1º a 15 de abril serão produzidos os relatórios correspondentes. Trata-se, portanto, de importante missão que dependerá em tudo de plena participação de todas Prefeituras Municipais jurisdicionadas a esta Corte. Dúvidas e esclarecimentos serão resolvidos pelo canal “Fale Conosco do Sistema AUDESP”. SDG, 30 de outubro de 2014. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 10/12/2014, p. 45
09/12/2014	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG Nº 37/2014 PROCESSO ELETRÔNICO – e-TCESP O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO comunica a todos os órgãos e entidades jurisdicionados, das Administrações Estadual e Municipal, e demais interessados que, a partir de 05 de janeiro de 2015, todos os ajustes iniciais de valor superior ao de remessa e suas respectivas prestações de contas relativos aos repasses públicos (1º e 3º setores), celebrados desde 2015, serão autuados no sistema e-TCESP passando a tramitar, exclusivamente, por meio eletrônico. As prestações de contas, de valor inferior ao de remessa, ocorridas durante o exercício fiscalizado de 2014, serão autuadas pela fiscalização competente, excetuando-se apenas aqueles relacionados a exercícios anteriores, bem como aquelas relativas a processos que já tramitem em meio físico. Para tanto, toda a documentação pertinente deverá ser encaminhada, preferencialmente, em mídia digital, assinada eletronicamente, observadas as regras contidas no Comunicado SDG nº 13/2014 – DOE 09/05/2014. No caso de documentos encaminhados em meio físico e que não estejam em condições de digitalização, não serão recepcionados pelas Unidades Protocoladoras, o que implicará na impossibilidade de

	inserção no e-TCESP e, conseqüentemente, o não cadastramento do processo eletrônico. Alerta, ainda, que não haverá qualquer alteração quanto às obrigações estabelecidas nas Instruções nºs 01 e 02/2008 e seus respectivos aditamentos nºs 01 e 02/2014 – DOE 10/04/2014, bem como a Resolução nº 06/2014 – DOE 16/04/2014, que aprovou alterações nas Instruções nºs 01 e 02/2008, e modificações posteriores. Eventuais dúvidas deverão ser dirigidas a este Tribunal por meio do Sistema de Atendimento do e-TCESP: http://atendimento.tce.sp.gov.br. SDG, 03 de dezembro de 2014. Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL Republicado por ter saído com incorreções DOE, Legislativo, 09/12/2014, p. 37
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
12/12/2014	<u>DECRETO Nº 55.774, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 15.919, de 16 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado aos alunos identificados com altas habilidades ou superdotados no âmbito do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 55.773, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 15.935, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a proibição de cobrança do valor de mais de um ingresso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, obesas ou pessoas que usem macas ou cadeiras de rodas, nas situações que especifica. <u>DECRETO Nº 55.772, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Introduz alterações no Decreto nº 53.916, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de celebração de Compromisso de Desempenho Institucional por todas as entidades da Administração Indireta do Município de São Paulo
11/12/2014	<u>DECRETO Nº 55.765, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Divulga o Quadro Demonstrativo da Relação de Despesas e Receitas atinente ao quadrimestre de março a junho de 2014, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 2º da Lei nº 13.303, de 18 de janeiro de 2002. <u>DECRETO Nº 55.763, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Introduz alterações no Decreto nº 50.448, de 25 de fevereiro de 2009, para o fim de incluir, na estrutura organizacional da Guarda Civil Metropolitana, a Superintendência de Defesa Ambiental – SUDAM, estabelecendo medidas correlatas; altera dispositivos dos Decretos nº 50.388, de 16 de janeiro de 2009, e nº 52.904, de 6 de janeiro de 2012.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107